**UMA ANALISE REFLEXIVA SOBRE PRÁTICA PEDAGÓGICA DE UMA PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA ESCOLA NA CIDADE DE PARNAÍBA-PI**

Franscisca Samaritana Saudita de Oliveira Véras

Universidade Federal do Piauí

[eng.agroveras@hotmail.com](mailto:eng.agroveras@hotmail.com)

Damares Araújo Teles

Universidade Federal do Piauí

[damares.teless@gmail.com](mailto:damares.teless@gmail.com)

Leidiane de Carvalho Araújo

Universidade Federal do Piauí

[leidy.md86@gmail.com](mailto:leidy.md86@gmail.com)

**RESUMO**

O presente artigo traz uma analise reflexiva na prática pedagógica de uma professora da educação infantil numa escola na cidade de Parnaíba-PI, tem como objetivo geral analisar as praticas pedagógicas de professoras dessa modalidade e se essas práticas são consistentes no processo de aprendizagem das crianças atendida na escola pesquisada. No referencial teórico a pesquisa foi fundamentada em alguns autores como Freire (1999), Soares (2014), Carvalho (2003), entre outros. Optou-se pela abordagem qualitativa, com base nos estudos de André e Lüdke (1986), Bogdan e Biklen (1994). Percebemos que a Educação Infantil não é um espaço para uma prática pedagógica voltada para conteúdos segmentados e fragmentados, com alunos cumprindo tarefas e passando a maior parte do tempo sentados dentro de uma sala de aula, fazendo atividades como a cópia de letras, sílabas e palavras, o que, nesse estudo, foi vivenciado pelos alunos do Grupo IV e V da escola da rede pública de ensino. Acreditamos que uma prática pedagógica que proporcione o desenvolvimento de atividades significativas pode contribuir para que as crianças desenvolvam conhecimentos sobre o sistema de escrita desde a Educação Infantil.

**PALAVRAS-CHAVE:** prática pedagógica. educação infantil. autonomia.

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho traz resultados de uma pesquisa que está vinculada àFaculdade Evolução, como parte dos requisitos para aprovação no curso de Pós-Graduação em Educação Infantil.

O desenvolvimento do presente estudo ocorreu nas dependências da Escola de Educação Infantil Maria de Lourdes, na comunidade Olho d’agua pertencente à Rede Pública Municipal de Parnaíba-PI.

O tema prática pedagógicas na Educação Infantil vem ao longo do tempo sendo discutido por alguns autores como: FREIRE (1999), SOARES (2014) entre outros. Embora possua muitas produções, ainda há muito a se desvendar e explorar sobre as praticas educativas de professores na Educação infantil, visto que a sociedade vem passando por transformações sociais, econômicas e tecnologias, sendo assim o educador precisa-se adequar com tais mudanças que afetam diretamente o cotidiano da sala de aula.

Nas últimas décadas a educação infantil no Brasil, especialmente nos últimos 20 anos vem sofrendo mudanças significativas, as autoridades governamentais e a sociedade vêm dando uma atenção para o primeiro nível da educação básica, demonstrando assim, consciência da importância das experiências na primeira infância CARVALHO (2003).

Se antes as escolas responsáveis pela fase inicial do aprendizado da criança adquiriam caráter de assistência social, hoje é consenso que essas instituições são, sim, um assunto do âmbito da Educação. Mais do que isso: especialistas, educadores e pesquisadores reconhecem a importância do desenvolvimento integral nos primeiros anos de vida e encaram a vivência escolar como parte essencial desse processo.

A preocupação se reflete na inclusão do tema como um dos itens do [Compromisso Todos Pela Educação](https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/h74P63ST5JpTuNGmH7kWXPMyQKRs2mhjnApgH2P4pjNxef6k2xyRyAn3wdKS/diretrizes-compromisso.pdf), lançado pelo Ministério da Educação (MEC) como parte do [Plano de DesenvolvimentoadaaEducação](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=593&Itemid=910&sistemas=1). Embora a [Lei de Diretrizes e Bases (LDB)](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm) defina a Educação Infantil como "primeira etapa da educação básica" (artigo 29) e delegue a ela a finalidade de "desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade", na prática, ainda são tímidos os investimentos nesse sentido, especialmente no ensino público, uma responsabilidade dos governos municipais.

Segundo dados do [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)](http://www.ibge.gov.br/), a educação brasileira atende a somente 33% das crianças entre zero e seis anos. O [Censo Escolar](http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp) de 2003 revela que, no país, apenas 10,6% de crianças entre zero e três anos frequentam a escola ou a creche. A estatística também mostra que o número de excluídos do universo escolar, nessa faixa etária, chega a 11 milhões. Entre os quatro e seis anos de idade, 30% das crianças (cerca de três milhões) estão fora da escola. REVISTA NOVA ESCOLA (2007).

As primeiras instituições brasileiras de atendimento às crianças de zero a seis anos surgiram ainda no Império com intuito de amparar as que eram abandonadas nas ruas das cidades, como os orfanatos, os asilos para pobres e a Santa Casa de Misericórdia, com sua roda dos expostos. Mas foi o desenvolvimento da medicina e da microbiologia - e a viabilização da amamentação artificial - que possibilitou amparar essas crianças sem os alarmantes índices de doenças e de mortalidadeadaAépocaACARVALHOA(2003).  
 Um dos pioneiros nessa experiência no exterior foi o médico Friedrich Froebel - idealizador dos Jardins de Infância. Essa ideia chega ao Brasil na década de 1870, com divulgação no jornal do médico Carlos Costa, e é aplicada na sala de jardim de infância aberta ao lado de uma igreja protestante americana instalada em São Paulo. A iniciativa inspirou duas outras: uma no colégio Menezes Vieira (Rio de Janeiro/1875) e no Caetano de Campos (São Paulo/1896), que adaptou a pedagogia de Froebel para a realidade brasileira. Em 1924, já eram 47 as instituições entre creches e jardins de infância pelo Brasil, principalmente nas capitais. CONRAD (2000).

A partir daí, muitas creches são instaladas para atender aos filhos dos operários, sempre ligadas à Assistência Social, embora houvesse, em muitos casos, profissionais da área pedagógica orientando seu funcionamento. A partir de 1980 a sociedade passa a discutir a possibilidade de inclusão das pré-escolas na Educação Básica, intenção concretizada na Constituição de 1988. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, ratifica essa decisão, enfatizando que a Educação é um direito da criança e que deve, portanto, ser universal.

**A EDUCAÇÃO INFANTIL E A FORMAÇÃO MORAL E SOCIAL DA CRIANÇA**

Piaget afirma que um valor moral é uma regra de convivência social só serão “reais” para a criança quando ela possuir a liberdade de optar, voluntariamente, por esta regra na interação com um meio que fortaleça o enfrentamento positivo aos conflitos de convivência, com base no diálogo, no respeito e na participação responsável da criança no processo de tomada de decisão. (CASTORINA; et al, 2002).

Sendo assim, Piaget ao citar julgamento moral, o associa ao processo de desenvolvimento cognitivo, sendo este o responsável para desenvolver o pensamento e tornar a criança um ser capaz de agir com as interações sociais. E através da construção da lógica e suas próprias vivências e condutas diante das circunstâncias, é que o sujeito consegue adquirir sua moral autônoma. Portanto, Castorina em uma análise realizada sobre o desenvolvimento intelectual, segundo Piaget, afirma:

Jamais um sujeito poderá ingressar na fase moral autônoma se o seu desenvolvimento intelectual corresponder ao estágio intuitivo ou pré-operatório. É importante salientar que está condição, apesar de ser necessária, não é suficiente, o que quer dizer que nem todo o sujeito que atinja a lógica operatória atingirá a moral autônoma (CASTORINA; et al 2002, p. 60).

A partir dos estudos de Piaget, reflete-se que o maior obstáculo da educação é o de beneficiar o desenvolvimento intelectual em consenso com o desenvolvimento afetivo-moral, com o embasamento no exercício da interação com o meio social, histórico cultural e físico, para que o sujeito conquiste a sua autonomia afetiva, moral e intelectual. O surgimento da obediência as regras ditas pelos adultos na relação com a criança, faz parte da fase do desenvolvimento moral, e na medida em que a criança vai ganhando independência, passa a conviver com as pessoas e interagindo com diversos pontos de vista, formando-se um ser questionador, caracterizando sua autonomia de acordo com o que vê, compreendendo que as regras se aplicam a todos, inclusive aos adultos.

A tendência da obediência ao pé da letra das regras, reflexo da coação do adulto que pune severamente as transgressões e recompensa as ações desejadas pelas crianças. Em virtude disso, a heteronomia apresenta-se como uma característica do desenvolvimento infantil, inviabilizando a discriminação, das ideias e dos pontos de vista de outras pessoas ( PIAGET, 1977, p. 284).

Portanto, a heteronomia é a fase que caracteriza a criança pelo surgimento da obediência às regras impostas pelos adultos, que são vistos como autoridade. A relação aluno-professor é muito heterônoma, as regras unilaterais são muito mais fortes que mútuas. Assim, é fundamental uma relação de afeição e respeito, que se desenvolve primeiramente na família e logo em seguida é construída na escola. E é neste período que a criança passa do estado de total heteronomia para conquistar a autonomia. E para confirmar, Piaget diz que:

O respeito unilateral típico do estágio de heteronomia, passa gradualmente ao estágio em que o aspecto subjetivo do indivíduo reelabora, opta e estabelece prioridades em relação às regras preestabelecidas pelo adulto, assim caracterizando a autonomia (PIAGET, 1977, p. 289).

Autonomia essa, que é entendida como possibilidade de se posicionar diante de situações, participando de ações coletivas, estabelecendo critérios e fazendo suas próprias escolhas, tornando assim a criança, um ser capaz de construir o seu conhecimento. As escolas de Educação Infantil são de fundamental importância na construção do desenvolvimento da autonomia moral da criança, devido às relações interpessoais criança-criança e adulto-criança, serem diárias e acontecerem com frequência.

Para Piaget (1972) “a educação infantil, é aquela que deve possibilitar na criança um desenvolvimento amplo e dinâmico no período sócio motor.” Pois a criança é um ser ativo que vivencia a realidade a todo instante e age com as pessoas e objetos. Com isso a criança vai começar a desenvolver sua personalidade e construirá parte da sua formação integral no meio social onde se encontra.

Segundo o Referencial Curricular vol.2 (1998, p.11), a possibilidade de desde muito cedo efetuarem escolhas e assumirem pequenas responsabilidades favorece o desenvolvimento da autoestima, essencial para que as crianças se sintam confiantes e felizes.

**A DOCENTE E SUA PRÁTICA INOVADORA: Mediação que trás resultado**

Não basta o contato físico com o objeto para ocorrer a apropriação do conhecimento pelo sujeito; é necessária uma mediação por outros seres humanos para que as crianças se apropriem do conhecimento e para que auxiliadas por instrumentos, entre os quais a linguagem, ocorram a abstração e a formação do conceito. Mello (2007) corrobora isso quando coloca que a natureza social e histórica do ser humano foi compreendida e estudada primeiramente por Marx, para quem o homem, ao se apropriar de objetos culturais, tem a oportunidade de tomar para si as qualidades especificamente humanas.

Para tanto, a escola, local onde as crianças, filhas das classes trabalhadoras, têm acesso à sistematização dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, torna-se um local privilegiado para o desenvolvimento das capacidades abstrativas e do pensamento científico desde a primeira infância e o professor deve “[...] ser o mediador entre o aluno e o processo de conhecimento, atuando como orientador, facilitador e aconselhador da aprendizagem, e deve integrar, no desenvolvimento de atividades, os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais” (SOLER, 2003, p.40).

O papel do professor é fundamental, pois o bom andamento das atividades de ensino depende diretamente da ação docente, de como se faz a mediação conhecimento/criança. Compreende-se como importante característica do profissional de Educação Infantil a busca constante por aprender sobre o desenvolvimento da criança, sua forma de ver e sentir o mundo, criando oportunidades para ela manifestar suas ideias, sua linguagem, seus sentimentos, sua criatividade, suas reações, suas relações sociais e sua imaginação.

Na ação pedagógica, deve-se compreender o ato de brincar como estratégia permanente da prática educativa e oferecer aos alunos um ambiente com espaços e materiais organizados que propiciem desafios e diferentes manifestações infantis, potencializando assim sua expressão por meio de diferentes linguagens, movimentos, imaginação, criatividade, emoções, socialização, autonomia, conhecimento de mundo, pensamentos e sentimentos.

Ter uma boa interação, estabelecer um trabalho conjunto com outros profissionais de modo integrado e relacionar o ato de educar e ensinar de maneira responsável, reconhecendo a criança como um ser inteiro, são características que o professor deve cultivar de maneira ética, respeitando os demais profissionais, os alunos e as famílias.

Importante também ser criativo e paciente nas relações, ter disponibilidade para brincar com os alunos, exercitar o olhar e a escuta infantil e reconhecer que a educação, especialmente nesta fase, é um ato de amor, de construção, de exploração de potencialidades, de busca e de descoberta.

Entendemos que a educação de qualidade para todos só será alcançada com mudanças nas práticas pedagógicas cotidianas; e para que todos tenham as mesmas oportunidades de acesso ao conhecimento, se faz necessário que a escola seja uma instituição, em que os conhecimentos tornem-se públicos e a produção e distribuição do saber sejam feitos de forma democrática. As pedagogias inovadoras críticas entendem que com uma escolaridade obrigatória igualitária, de mesma qualidade, todos terão a mesma oportunidade de estar em contato com o conhecimento (CARBONELL, 2002).

De acordo com Carbonell (2002), entendemos que inovação, em uma definição ampla, é um conjunto de intervenções, decisões e processos, que com certo grau de intencionalidade e sistematização, tratam de alterar atitudes, culturas, ideias, conteúdos, modelos e práticas pedagógicas. Isto é, por meio de uma linha renovadora, de novos programas e projetos, materiais curriculares, estratégias de ensino e aprendizagem, modelos didáticos e de diversas outras maneiras as pedagogias inovadoras tratam de formar e administrar o currículo, as relações em sala de aula e o espaço escolar, para que seja possível mergulhar nos conhecimentos relevantes, visando uma nova formação compreensiva e integral.

Não se trata da simples modernização da escola, como adquirir novos e modernos computadores, realizar saídas ao entorno, cultivar uma horta ou oferecer oficinas. Estas são mudanças exteriores que acabam por terem funções idênticas a dos livros e textos, que ditam a mesma lição de sempre. A inovação se refere à criação de projetos que busquem converter a escola em um espaço mais democrático, atrativo e estimulante.

Carbonell (2002) destaca que o projeto educativo inovador, numa perspectiva crítica deve ter a preocupação com a inclusão, oferecendo a igualdade de oportunidade para toda a população escolar, gratuidade do ensino e dos serviços complementares básicos, respeito aos direitos humanos, não aceitando nenhum tipo de discriminação. Ele é um equilíbrio entre o saber acumulado coletivamente e a necessidade de ir renovando-o, pois não se pode partir do zero, mas também não devemos nunca deixar de repensá-lo.

De acordo com Carbonell (2002) o projeto educativo inovador deve contar com uma autonomia inovadora compartilhada com a diversidade e criatividade pedagógica e organizativa. De nada adianta o professor ter liberdade no exercício da docência, se ele faz parte de um projeto, no qual os docentes não possuem autoridade para organizar o conhecimento, a gestão, os tempos e espaços escolares, com base no contexto escolar. Tal projeto educativo também necessita, para seu êxito, que não aconteça de maneira isolada, mas sim através do compartilhamento de redes escolares solidárias, contando ainda com um forte elo de compromisso com a comunidade.

**EDUCAÇÃO INFANTIL ESPAÇO PROPICIO PARA A APRENIZAGEM**

As primeiras ideias de infância e educação infantil se baseavam na concepção de criança enquanto ser que precisava ser cuidado. As mães precisavam trabalhar fora para complementar a renda da família e necessitavam de um local para deixarem seus filhos. Depois de muito tempo é que a educação infantil foi reconhecida como uma etapa importante na vida da criança e reconhecida por lei.

As mudanças ocorridas nas últimas décadas reconhece a criança como um sujeito de direitos, instituída pela Lei n. 9.394/96 que considerada a primeira etapa da educação básica, tendo como objeto de estudo e prática dois conceitos que devem estar em constante movimento nas instituições infantis: o cuidar e o educar. O primeiro já é conhecido e praticado, a alimentação, higiene e vestuário, ou seja, *o cuidar*. Já no segundo conceito, *educar*, surgiu a partir da promulgação da lei supracitada, como algo que requer uma formação específica. O significado da palavra “educar”, podemos encontrar da seguinte maneira: “promover a educação de (alguém), ou sua própria educação; instruir-(se)”, conforme relata Ferreira (1988).

É de comum acordo o reconhecimento de avanços no conhecimento e efetivação de uma educação da primeira infância e de qualidade e que necessita de uma construção de práticas pedagógicas eficientes e eficazes no reconhecimento ativo no processo sociocultural das crianças.

A alfabetização e o letramento devem ter sua presença na educação infantil, de acordo com Magda Soares (2009), os pequenos antes mesmo do ensino fundamental devem ter acesso tanto a atividades de introdução o sistema alfabético e suas convenções, a alfabetização, como também práticas sociais de uso da leitura e escrita, o letramento.

Para que ocorra um processo favorável ao aprendizado das crianças da primeira infância, é necessário garantir um equilíbrio e a ocorrência natural da alfabetização, assim criar um ambiente cheio de possibilidades para a alfabetização, onde o processo de aprendizagem da leitura e da escrita vai sendo desencadeado e elaborado aos poucos. Para isso a sala de aula deve estar preparada de forma a desertar o interesse pela leitura, escrita e o material didático, outros meios podem compor o ambiente alfabetizador como, por exemplo: músicas, filmes e peças de teatro, pendurar objetos e trabalhos nas paredes e até mesmo cultivar plantas na sala, entre outros. O ambiente deve ser rico em possibilidades promovendo a curiosidade e o estimulo, esse é um ambiente alfabetizador.

**RESULTADOS DA PESQUISA**

Mostraremos os resultados obtidos na pesquisa, compostos da análise e dos dados coletados, através das observações não participantes e dos questionários semiestruturado, aplicados com as professoras e a gestora da Educação Infantil, confirmando o objetivo desta pesquisa, com o proposto de analisar a importância da prática pedagógica na Educação Infantil para o desenvolvimento da aprendizagem na criança, sempre com um olhar reflexivo para práticas pedagógicas realizadas pelas professoras.

Durante as observações podemos perceber que há uma preocupação por parte da professora do Infantil V, com relação ao trabalho de alfabetizar letrando, em que buscava conciliar as atividades de leitura e produção de texto com aquelas voltadas para a reflexão sobre o sistema alfabético de escrita. Neste sentido, não se pensa essa leitura e escrita na prática social do sujeito, quando há uma reflexão daquilo que se está aprendendo, assim torna-se apenas um “processo de aquisição do sistema convencional de uma escrita alfabética e ortográfica” (SOARES, 2004, p. 11). Em conformidade com Magda Soares, Goulart mostra que “o letramento estaria 2relacionado ao conjunto de práticas sociais orais e escritas de uma sociedade” (2006, p. 452).

A professora do Infantil IV afirma que “a alfabetização é inseparável do letramento, não se pode alfabetizar sem que a criança compreenda o que está lendo, como a criança entenderá o meio que está inserida se não tiver o entendimento do que se ler”. Fatos que fazem com que o termo letramento seja relacionado à assimilação de conhecimentos que estão estabelecidos dentro da “cultura letrada”, onde “não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente” (SOARES, 2010, p. 20).

Durante as observações percebemos que a professora do Infantil V, que havia uma ênfase no ensino transmissivo e sistemático das letras do alfabeto e das famílias silábicas, por meio de atividades de cópia, repetição e memorização. O segundo caminho apontado por Brandão & Leal (2010) surgiu como reação às práticas que priorizavam o ensino transmissivo de letras, fonemas e/ou sílabas soltas.

Percebeu que apesar das professoras buscarem desenvolver no cotidiano da sala de aula atividades que fizessem parte do universo infantil, tais como a leitura de músicas, histórias e a realização de jogos de faz de conta e brincadeiras, nas atividades de apropriação da escrita especificamente, foi possível observar o uso de textos para, a partir deles, as crianças realizarem atividades de recorte e identificação de vogais, por exemplo.

**METODOLOGIA**

A metodologia utilizada nessa pesquisa foi de cunho qualitativo, a partir de uma perspectiva de estudo de caso. Considero que a abordagem qualitativa possibilita ao pesquisador entender que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no ambiente de ocorrência. Nesse sentido, tal estudo visa investigar um caso particular, levando em conta seu contexto e complexidade, e tem como objetivo a análise de uma unidade em profundidade (ANDRÉ, 2005).

Como instrumentos de pesquisa, utilizei questionários semiestruturado, nos quais intencionei perceber as visões dos sujeitos sobre o que entendem por práticas pedagógicas na Educação Infantil que possibilite um aprendizado satisfatório e o que consideram qualidade dentro dela. Esta atividade foi aplicada, aos professores e à gestora com o intuito de perceber suas percepções frente ao espaço da Educação Infantil.

A pesquisa foi desenvolvida durante dois meses no interior de duas salas de aula do grupo IV e V da Educação Infantil de uma escola, sendo da rede municipal de ensino. A escolha das duas turmas de Educação Infantil esteve relacionada às práticas pedagógicas desenvolvidas no que se refere ao ensino de Língua Portuguesa que realizava um trabalho na perspectiva do alfabetizar letrando, em que buscava conciliar as atividades de leitura e produção de texto com aquelas voltadas para a reflexão sobre o sistema alfabético de escrita.

Os alunos atendidos nesta escola eram oriundos da própria comunidade, em sua maioria, filhos de motorista, auxiliar de serviços gerais, empregadas domésticas, funcionários públicos, profissionais autônomos (vendedores ambulantes, lavadores de carro, cabeleireira, pequenos comércios, etc.).

Foram realizadas observações de aulas semanais nas salas das docentes investigadas, com o objetivo de melhor compreendermos as práticas desenvolvidas pelas professoras; aplicamos uma atividade de escrita de palavras em três momentos, para avaliação do nível de escrita dos alunos e realizamos entrevistas, ao longo das observações, com as professoras com o intuito de favorecer a compreensão de suas práticas de ensino da leitura e da escrita.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebemos que a Educação Infantil não é um espaço para uma prática pedagógica voltada para conteúdos segmentados e fragmentados, com alunos cumprindo tarefas e passando a maior parte do tempo sentados dentro de uma sala de aula, fazendo atividades como a cópia de letras, sílabas e palavras, o que, nesse estudo, foi vivenciado pelos alunos do Grupo IV e V da escola da rede pública de ensino. Acreditamos que uma prática pedagógica que proporcione o desenvolvimento de atividades significativas pode contribuir para que as crianças desenvolvam conhecimentos sobre o sistema de escrita desde a Educação Infantil.

Percebemos também por meio da análise do discurso docente, que as professoras pesquisadas adotam as práticas de alfabetização e letramento em suas ações pedagógicas, porém, cremos que o professor não pode aceitar tais práticas apenas por modismo, o educador precisa estar ciente daquilo que ele quer, e ter um domínio daquilo que vai aplicar para que ocorra o processo de ensino e aprendizagem efetivamente.

Durante as pesquisas constatamos que a temática relacionada à educação infantil vem ganhando espaço e assumindo um papel importante, pois é de caráter influenciador no desenvolvimento cognitivo da criança de 0 a 5 anos, ajudando em seu aprendizado futuro enquanto sujeito autônomo, dono de uma característica baseado no concreto da experiência e da prática, estes aspectos estão ligados a interdisciplinaridade, as inclusões e acessibilidade para a criança em suas limitações e anseios, onde se espera uma educação para a integração e socialização infantil.

Em relação à língua escrita, diferentes pesquisas têm apontando o papel da Educação Infantil para o processo de alfabetização e têm demonstrado que as crianças que participam de situações de ensino em que são estimuladas a refletir sobre as palavras, examinando sua dimensão sonora, apresentam resultados significativos quanto à aquisição do sistema de escrita alfabética.

Diante do exposto, a pesquisa nos revela a importância de uma pratica pedagógica eficiente, que possibilita que a criança participe diretamente da alfabetização e letramento na Educação Infantil, passando necessariamente também, por um entendimento do conceito de infância, de criança e de suas reais necessidades, pois só assim se poderá conduzir uma ação consciente que valoriza a criança verdadeiramente, constituindo a mesma em uma cidadã do mundo e para o mundo.

**REFERENCIAL TEÓRICO**

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; LEAL, Telma Ferraz (Org**.). Alfabetizar e letrar na Educação Infantil: o que isso significa?** In: BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Sousa (Orgs.). Ler e escrever na Educação Infantil: Discutindo práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Cap. 1, p. 13-3.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura: Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade – Mais um ano é fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2006.

CARVALHO. E. M. G. **Educação Infantil**. Bahia: EDUESC, 2003.

CONRAD. H. M. **O desafio de ser pré-escola. As idéias de Friedrich Froebel e o inicio da educação infantil no Brasil**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Dissertação de Mestrado em Educação), 140f. 2000.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo: IBGE, 2007.

SOARES, M. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento**. Brasília: INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), 1991.

\_\_\_\_\_\_. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 25, p.5-27, 2004.

\_\_\_\_\_\_. **Letramento: um tema em três gêneros**.